



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE	28. JAN. 1980	DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Acentuam-se divergências entre Eanes e o Governo

Parecem acentuar-se as divergências entre o Governo Sá Carneiro e o Presidente da República. Um novo pomo de discórdia, segundo conseguimos apurar, está relacionado com as comemorações do 25 de Abril. Na sua base a personalidade que estará à frente da Comissão Organizadora. Para o Governo seria um membro do Executivo que deveria presidir, apontando-se o nome de Vasco Pulido Valente, secretário de Estado adjunto do Primeiro-Ministro, para preencher aquele cargo.

As comemorações do 25 de Abril tem sempre precedido, como se sabe, um membro do Conselho da Revolução, um militar de Abril, pelo que a pretensão do Governo indica não se tratar tanto de preferir um nome a outro, mas sim de se optar por um civil em detrimento de um militar, símbolo neste caso de um órgão de soberania nascido com a Revolução do 25 de Abril, o Conselho da Revolução, de afastar os capitães de Abril das comemorações do dia que se lhes ficou a dever, de, enfim, esvaziar o próprio 25 de Abril do seu conteúdo revolucionário, democrático e antifascista.

Ainda em relação às comemorações do 25 de Abril, também se creê que o próprio local que servirá de cenário esteja a criar atritos entre o Governo e a Presidência da República. Com efeito, enquanto tudo indica que as cerimónias se realizarão em Santarém, o Governo da AD parece apostado em dar preferência a outra cidade que não a capital ribatejana. Mais uma vez é o próprio 25 de Abril que está em causa, já que Santarém é também um símbolo de Abril. Com efeito, é de recordar que foi de Santarém que partiram as tropas comandadas pelo capitão Salgaciro Maia cujo contributo foi decisivo para a vitória do Movimento das Forças Armadas. Por outro lado, o facto de a Câmara de Santarém ser uma Câmara socialista não ajuda à simpatia do Governo pelas comemorações oficiais, nesta cidade.

Caso Pintasilgo

Estes pontos de divergência entre o Governo e o Presidente da República, de facto, vistos mais fundo, resultam duma clivagem ao nível de Abril e de tudo o que Abril significa, de Demo-



Eanes e Sá Carneiro: relações cada vez mais difíceis

cracia, de Liberdade e de justiça social. Porém, a este ponto de fricção outros, já conhecidos, continuam sem ter solução à vista e ameaçam arrastar-se. É o caso, por exemplo, da exoneração de Maria de Lurdes Pintasilgo do cargo de embaixatriz de Portugal junto da UNESCO pretendida por Freitas do Amaral e Sá Carneiro.

Tanto quanto se sabe, Eá Carneiro comunicou a Ramalho Eanes a intenção do seu Governo de exonerar Lurdes Pintasilgo, exoneração que teria de ser sancionada pelo Presidente da República. Tendo este recusado fazê-lo e tendo também Lurdes Pintasilgo recusado pôr o cargo à disposição do Governo (no que teria sido apoiada por Ramalho Eanes), não resta senão à dupla Sá Carneiro/Freitas do Amaral impedir a ida da ex-Primeira-Ministra para o seu posto em Paris, retê-la em Lisboa «por conveniência de serviço».

Congresso das Comunidades

Outro problema surge, entretanto, para acentuar ainda mais a degradação das relações Governo/Presidência da República. Trata-se, de acordo com o noticiado pelo semanário «Expresso», da realização do I Congresso das Comunidades Portuguesas, previsto para Junho, ao qual estão também associadas as Comemorações do IV Centenário da morte de Camões. Segundo o referido semanário, o Governo pediria a ratificação, com suspensão, do Decreto-Lei, de 30 de Novembro passado, que cria a comissão organizadora do citado

congresso e regula as nomeações dos responsáveis pela sua realização.

Segundo o decreto, o presidente do Congresso é nomeado pelo Presidente da República sob proposta do Primeiro-Ministro, na altura Maria de Lurdes Pintasilgo, estando nomeado como secretário-geral do congresso o comandante Costa Correia. Com vista à sua realização houve já uma reunião preparatória, na qual não participou nenhum representante do Governo por, entretanto, ter pedido a ratificação do decreto.

Por outro lado, e ainda neste âmbito e por motivo idênticos, o ministro das Finanças recusou-se a conceder a verba de 5 mil contos que havia sido pedida pelo tenente-coronel Vitor Alves; responsável pelo Dia das Comunidades, para a preparação desta realização. A acrescentar a este facto, refira-se também que o Governo pretende chamar a si a realização das Comemorações da morte de Camões.

Uma carta de Carter

Uma carta, cuja existência foi porém desmentida por fontes ligadas à Presidência da República, teria também levado o Governo a sentir-se ultrapassado e contribuído ainda mais para gelar as relações Governo/Eanes. Trata-se duma carta que teria sido enviada por Carter a Ramalho Eanes solicitando-lhe que Portugal boicotasse os Jogos Olímpicos de Moscovo, caso a União Soviética não retirasse as suas tropas do Afeganistão, sem que o Governo tivesse sido informado da existência de tal carta.